

TANGARÁ DA SERRA

Em primeira Extraordinária do ano, Câmara aprova R\$ 1,4mi em crédito

Valores são de repasse aos enfermeiros e Lei Paulo Gustavo

Redação DS

A Câmara Municipal de Tangará da Serra realizou na tarde desta segunda-feira, dia 15 de janeiro, a primeira Sessão Extraordinária de 2024, correspondente ao quarto período da 11ª Legislatura, em razão do recesso parlamentar.

De acordo com Regulamento Interno, manual que rege o trabalho e o funcionamento do Poder Legislativo, as Sessões Ordinárias foram suspensas em 23 de dezembro e o recesso encerra dia 31 de janeiro. Contudo, a previsão é que a primeira reunião plenária ocorra

em 6 de fevereiro.

Assim, nesta primeira extraordinária, dois assuntos urgentes estiveram em pauta, que, aprovados, abrem crédito total de R\$1,4 milhão para as Secretarias de Saúde e Cultura.

“A presente abertura de Crédito Adicional Especial visa a adequação orca-

“
Visa
fomentar
o setor
Cultural deste
Município

mentária para inclusão do recurso recebido referente a Assistência Financeira Complementar da União destinada ao cumprimento

do Piso Salarial Nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, sobre o repasse referente ao exercício de 2023, de acordo com a Portaria GM/GM nº 2.634, de 21 de dezembro de 2023, que nesta estabeleceu o repasse da parcela de dezembro/2023 de R\$277.773,76 e a da Portaria GM/GM nº 2.031, de 28 de novembro de 2023, referente a nova parcela/2023 de R\$264.699,53”, justifica o prefeito em exercício, Marcos Scolari, em projeto. Esses valores - R\$579.295,40 - já vieram destinados e vinculados a cada CPF dos respectivos servidores, cabendo a municipalidade apenas o repasse financeiro, bem como o repasse dos profissionais cadastrados das entidades privadas.

Já o crédito de R\$874.899,52, também



Sessão realizada na tarde desta segunda

aprovado, será destinado a custear despesas da Secretaria Municipal de Cultura, referente à Lei Federal Paulo Gustavo. “(...) Visa fomentar o setor Cultural deste Município, onde serão beneficiadas várias famílias de produtores culturais afetados diretamente pela Pandemia da Covid19, além dis-

so influenciar a produção Audiovisual no Município de Tangará da Serra, a realização de eventos culturais e a premiação de mestres da Cultura Tangaraense”, completa o chefe do executivo Municipal, em exercício.

(Com informações Larissa Grella / Assessoria Câmara Municipal)



O governador concedeu entrevista nesta segunda

NA JOVEM PAN NACIONAL

“Mato Grosso decidiu não aumentar impostos”

Mato Grosso não elevou a alíquota do ICMS em 2024

VITOR H. BATISTA / Secom-MT

Em entrevista à Rádio Jovem Pan News nesta segunda-feira, 15, o governador Mauro Mendes destacou a decisão de não aumentar a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Mato Grosso, ao contrário de outros 10 estados brasileiros e do Distrito Federal, que optaram por elevar o imposto em 2024.

Diversos estados escolheram o aumento em razão das compensações que aconteceriam com o texto-base da Reforma Tributária, mas o dispositivo acabou, ao final,

sendo revogado.

Mauro enfatizou a responsabilidade fiscal adotada pelo Executivo Estadual ao longo dos últimos cinco anos como um dos principais motivos para não elevar o ICMS em Mato Grosso.

“Nós fizemos uma correta gestão fiscal ao longo desses últimos cinco anos e não foi necessário fazer esse aumento de impostos. Eu havia criticado muito o Congresso Nacional por inserirem um dispositivo que estava levando os estados

“Ninguém
guenta mais
o aumento
de impostos
no país

brasileiros a elevarem os impostos. Mato Grosso já tinha decidido que não faria e que lutaríamos para tirar esse dispositivo. Ninguém aguenta mais o aumento de impostos no país”, afirmou o governador.

Mauro afirmou que chegou a comunicar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, sobre essa posição do Estado, além de pedir a retirada do dispositivo do texto final da reforma.

“Eu claramente decidi que não iria entrar nessa guerra fiscal. Falei com o presidente Lira na Conferência do Clima e disse que o efeito prático imediato da reforma seria o aumento do ICMS em diversos estados brasileiros. Mas ao final, eu aplaudi o presidente porque, sabidamente, a Câmara Federal retirou essa proposta do texto final”, relatou.